

ATA NÚMERO 161/XII/3ª SL

13.novembro.2013 – 14h00

Aos 13 dias do mês de novembro de 2013, pelas 14:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 01, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Aprovação da proposta de Ordem do Dia**
2. **Aprovação de atas**
3. **Comunicações do Presidente**
4. **Audiência à Federação Nacional dos Professores - FENPROF - 14h00**
5. **Audiência ao Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos - CCISP – 15h00**
6. **Audiência à Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais - 16h00**
7. **Projeto de Lei n.º 460/XII/3.ª (PCP)** - Determina a realização de um concurso extraordinário de contratação e colocação de psicólogos com formação na área da psicologia educacional e profissionais das ciências da educação nos estabelecimentos públicos de ensino.
 - **Apresentação da iniciativa pelo autor**
 - Deputada autora do parecer: Ana Oliveira - PSD
 - Apresentação do parecer: 27 de novembro de 2013
8. **Projeto de Lei n.º 461/XII/3.ª (PCP)** - Aprova a Lei-Quadro da Ação Social Escolar no Ensino Superior e define apoios específicos aos estudantes
 - **Apresentação da iniciativa pelo autor**
 - Deputado autor do parecer: Pedro Delgado Alves - PS
 - Apresentação do parecer: 27 de novembro de 2013
9. **Projeto de Lei n.º 462/XII/3.ª (PCP)** - Define o regime de certificação e adoção dos manuais escolares, garantindo a sua gratuidade
 - **Apresentação da iniciativa pelo autor**
 - Deputada autor do parecer: Michael Seufert - CDS-PP
 - Apresentação do parecer: 27 de novembro de 2013
10. **Projeto de Lei n.º 463/XII/3.ª (PCP)** - Financiamento do Ensino Superior Público
 - **Apresentação da iniciativa pelo autor**
 - Deputada autora do parecer: Nilza de Sena - PSD
 - Apresentação do parecer: 27 de novembro de 2013

11. **Petição n.º 290/XII/3.ª da iniciativa Marco Gabriel Lopes Teixeira**, que “Solicitam que não seja implementada a prova de avaliação de conhecimentos e competências para ingresso na carreira docente.

- **Apreciação e votação do parecer**
- **Deputado relator:** Luís Fazenda – BE

12. **Petição n.º 298/XII/3.ª da iniciativa da FENPROF**, que pretende a revogação da prova de acesso ao exercício da profissão docente

- **Apreciação da nota de admissibilidade**
- **Deputado relator:** Luís Fazenda – BE

13. **Relator Temático na CECC, para a Avaliação Tecnológica Parlamentar**

14. **Calendarização e fixação de programa para a visita da CECC, ao Campo Militar da Batalha de Aljubarrota e da Zona Especial de Proteção (ZEP)**

- Presidente da Câmara Municipal de Porto de Mós
- Associação de Moradores e Proprietários de S. Jorge

15. **Outros assuntos**

16. **Datas das próximas reuniões**

Dia 27 de novembro de 2013

1. **Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

O Sr. Presidente submeteu à consideração dos presentes uma proposta de inclusão na Ordem do Dia da apreciação de um requerimento apresentado pelo GP/BE, para a audição do Presidente demissionário do Instituto do Cinema e Audiovisual.

Dado que o requerimento foi distribuído com menos de 24h de antecedência em relação à reunião, foi consensualizado que a sua apreciação seria feita na reunião seguinte da Comissão.

A proposta de Ordem do Dia (sem o requerimento do BE) foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE registando-se a ausência da deputada do PEV.

2. **Aprovação de atas**

As atas n.ºs 157/XII, 158/XII e 159/XII, respetivamente, de 05, 06 e 07 de novembro de 2013, foram aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE registando-se a ausência da deputada do PEV.

3. **Comunicações do Presidente**

- 3.1. O Presidente da Comissão deu conhecimento de que o Grupo de Trabalho do Desporto iria deslocar-se ao Estádio da Luz, no dia 15 de novembro, para acompanhamento da atuação das forças de segurança no jogo da Seleção com a Suécia (no âmbito do acompanhamento da implementação da Lei n.º 52/2013, de 25 de julho, que *Procede à segunda alteração à Lei n.º 39/2009, de 30 de julho, que estabelece o regime jurídico do combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos, de forma a possibilitar a realização dos mesmos com segurança*), tendo indicado os deputados que estavam inscritos e solicitado indicação de outras participações.

Informou ainda que tinha decorrido naquele dia, às 14h30, uma reunião de briefing com representantes da Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública, para preparação do jogo.

- 3.2. Comunicou que o Grupo de Trabalho da Educação Especial iria realizar, no próximo dia 09 de dezembro, uma visita de trabalho à Cooperativa de Ensino e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Leiria CRL – CERCILEI, de acordo com um programa que será elaborado pela CERCILEI.
- 3.3. Foram apreciados os relatórios das audiências à Associação para a Gestão e Distribuição de Direitos – AudioGest (conjunta com a COFAP) e ao Externato Alfred Binet, a segunda concedida pelo GT/Educação Especial, não se tendo registado quaisquer observações sobre os mesmos.
- 3.4. O Presidente lembrou a realização, naquele mesmo dia, do Café de Ciência, com o tema “*O futuro da Água: desafios da sustentabilidade*”, que teria lugar às 18h00, na Biblioteca da Assembleia da República.
- 3.5. Por último, informou que tinha reunido nesse dia com o Presidente do Conselho Nacional de Educação-CNE, a pedido do mesmo, tendo aquele transmitido a posição de que o CNE é um órgão consultivo do Estado, incluindo do Parlamento e não só do Ministério da Educação e Ciência e que não está apenas em causa o aconselhamento técnico, sendo que é um órgão de parceiros.

Propôs, ainda, a identificação de pontos de cooperação e de articulação de atividades com a Comissão, tendo manifestado disponibilidade para dar proximamente conhecimento do Plano de Atividades do Conselho, que estão a ultimar.

Informou, também, que apresentaram ao Governo uma proposta de alteração da composição do CNE, por não terem representantes do Conselho das Comunidades Portuguesas e bem assim das organizações do Ensino Especial e das Comunidades Étnicas.

4. Audiência à Federação Nacional dos Professores - FENPROF - 14h00

A delegação da FENPROF, Departamento do Ensino Superior, era constituída pelos Professores Rui Salgado, João Cunha Serra, Manuel Pereira dos Santos e Tiago Dias.

Os representantes da FENPROF referiram que o ensino superior é imprescindível ao país, estruturante para as regiões e um fator de coesão. Realçaram que o mesmo tem tido sucessivos cortes orçamentais nos últimos anos, para além de estar a verificar-se uma degradação nas condições de exercício da profissão docente. Referiram que o objetivo é ter

mais estudantes, lembrando o compromisso de Portugal para 2020, no sentido de ter 40% de jovens com ensino superior na faixa etária de 30-34 anos. Indicou que a diminuição de alunos do ensino superior ainda não é demográfica, resultando das dificuldades económicas das famílias, realçando que o número de jovens do secundário tem estado a aumentar.

Mencionaram que em agosto, no âmbito da preparação do orçamento, lhes tinha sido imposta uma diminuição de verbas de 3,2% no financiamento público (corte direto, mais aumento da contribuição para a Caixa Geral de Aposentações e diminuição da contribuição para a ADSE), enquanto agora se verifica que esse valor é superior, referindo que na Proposta de Orçamento do Estado (OE) para 2014, nas universidades, há menos 30.000.000€. Defenderam que esse corte, adicionado ao de 3,2%, referido atrás, é insustentável.

Salientaram que se verifica um corte nos salários que incide sobre a massa salarial total, incluindo os salários que são pagos com verbas próprias, resultantes das propinas, o que gera um novo imposto às instituições de ensino superior. Realçaram que a limitação de apenas poderem proceder a novas contratações as instituições que reduzam para 97% a massa salarial, gerará a impossibilidade de substituição dos docentes que se aposentam, bem como a contratação de docentes convidados.

Manifestaram-se, depois, contra a limitação dos concursos prevista no OE, referindo que os quadros estão a ficar velhos e a qualificação está a diminuir, o que prejudica, entre outras coisas, a internacionalização. Pediram, ainda, o reconhecimento da agregação para efeitos de lhe ser atribuído o aumento salarial correspondente.

Por último, pediram a introdução de alterações na Proposta do OE, para darem resposta às preocupações transmitidas.

Interveio, depois, a Senhora Deputada Rita Rato (PCP), salientando os cortes que se têm vindo a verificar nos últimos anos e manifestando acolhimento às preocupações da FENPROF. Realçou, ainda, que o Governo não se comprometeu no sentido de que a reforma da rede não terá despedimento de docentes e outro pessoal e salientou que o Governo vê o ensino superior como uma área de negócio, um supermercado de ensino. Indicou também que apresentarão proposta de eliminação do artigo 56.º da Proposta do OE e outras propostas de reforço de verbas para as instituições superiores e para a ação social escolar

O Senhor Deputado Duarte Marques (PSD) informou que o PSD e o CDS-PP vão apresentar uma proposta conjunta de alteração do artigo 56.º da Proposta do OE, no sentido de as novas contratações, dirigidas a docentes e investigadores, não fiquem sujeitas à limitação de 97% do valor total das remunerações, informando que o Governo já deu abertura a essa alteração.

Salientou que preveem ir ao encontro das preocupações transmitidas pelo CRUP e pelo CCISP nas reuniões com os mesmos, entidades com quem se têm registado relações de confiança, referiu que as universidades, mesmo assim, aumentaram o número de alunos e diplomados (dados do CRUP) e realçou, ainda, a necessidade de se aumentar a qualidade do ensino.

O Senhor Deputado Luís Fazenda (BE) referiu que tendo em conta as preocupações transmitidas, incluindo pelo CRUP e CCISP, apresentarão várias propostas de alteração à Proposta do OE, nomeadamente, em relação à permissão de provisões extraordinárias, à ação social e à Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

O Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) realçou a necessidade de se garantir que a massa salarial seja igual à do ano anterior e referiu que as progressões automáticas não devem ser tidas em conta para o valor da massa salarial, sendo que vão manter-se até 2015. Enfatizou a importância de se separar o que é permanente daquilo que é temporário.

Pediu, ainda, contributos em relação à reorganização da rede e à prevista realização de cursos de 2 anos nos institutos superiores politécnicos.

Em resposta, os representantes da FENPROF salientaram que já foram retirados 6% à massa salarial e reiteraram as preocupações em relação à diminuição de verbas do OE, discordando do corte suplementar, com incidência nas receitas próprias, que têm origem nas propinas.

Salientaram que não podem pôr-se em causa as hipóteses de novas contratações, que são essenciais para os cursos de Medicina (com muitos professores convidados) e para outros. Defenderam que a reorganização da rede precisa de mais tempo de ponderação, discordando da indicação do Governo, que quer ultimá-la até ao final do ano. Indicaram que não discordam dos cursos de curta duração no ensino superior, mas não querem que o ensino politécnico seja desqualificado com os mesmos, entendendo que é preciso qualificar mais.

Salientaram que a diminuição de estudantes no ensino superior prende-se com as dificuldades das famílias e a redução do apoio social é muito negativa para o sistema. Referiram, ainda, que se aplicou aos estabelecimentos do ensino superior a média de cortes aplicados à Administração Pública, de cerca de 6%, quando já tiveram um corte em 2011, pelo que não é aceitável a atual percentagem de corte.

A documentação da audiência encontra-se disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

5. Audiência ao Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos - CCISP – 15h00

Os representantes do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP) - Professores Doutores Joaquim Mourato, Carlos Maia, Nuno Mangas e Vicente Ferreira – fizeram uma breve exposição das preocupações que justificaram o pedido de audiência e que, em síntese, se apresentam:

- Relativamente ao Orçamento do Estado para 2013, continuam preocupados com as verbas que foram afetadas para fazer face ao compromisso do pagamento do subsídio de férias, e que não foram ainda transferidas para as instituições, a uma semana do pagamento dos subsídios. Por outro lado, têm ainda pendente o pedido de desativação dos 2,5%.
- No que concerne ao Orçamento do Estado para 2014, afirmaram que submeteram uma proposta de orçamento, em agosto último, que previa um corte de cerca de 2% em relação ao ano anterior, mas depararam-se com um corte de 26M€, mais uma redução adicional de 12 M €, relativa às remunerações dos trabalhadores em funções públicas, o que, a não ser resolvido, gerará uma situação de rutura.
- Em relação à questão do artigo 56.º, congratularam-se com a abertura do Governo para corrigir esta questão.
- Esclareceram que os alunos matriculados no 1.º ano, pela 1.ª vez, nas instituições politécnicas, preencheram 95% das vagas iniciais.
- Chamaram a atenção para um estudo sobre o impacto dos institutos politécnicos na economia local, que demonstra a importância destas instituições, como atores determinantes no desenvolvimento regional (documento entregue).
- Fizeram referência a um conjunto de propostas para o futuro do ensino superior politécnico português (que consta de documento entregue), entendendo que a discussão da reorganização da rede deve envolver todas as instituições de ensino superior, quer universitário, quer politécnico.

A Sra. Deputada Nilza de Sena (PSD) manifestou a sua satisfação pelo facto de os aspetos expostos irem ao encontro das preocupações do PSD. Relativamente à reorganização da rede, afirmou que se pretende fazer um debate livre e aberto com todas as entidades envolvidas,

sublinhando que a ideia é evitar a duplicação da oferta e associar as instituições ao mercado laboral, numa lógica de desenvolvimento regional. No que concerne ao Orçamento do Estado, e especificamente ao artigo 56.º, esclareceu que foi o GP/PSD que anunciou a apresentação de propostas de alteração ao artigo e não o Governo. Concluiu, reconhecendo que as instituições de ensino superior têm sido cumpridoras e têm efetuado um esforço para acautelar muitas das exigências do período difícil que o País atravessa.

O Sr. Deputado Pedro Delgado Alves (PS) disse partilhar das preocupações expostas, quer relativamente a 2013, quer para 2014. Considerou que a reposição da redação do artigo 56.º é crucial para a sustentabilidade das instituições e afirmou que deve esclarecer-se que, para efeitos do cálculo do valor, não sejam tidas em conta as valorizações remuneratórias. No que se refere à reforma da rede, defendeu que deve ser efetuada de forma ponderada e não sob a pressão do momento e destacou a importância da preservação da rede do ensino politécnico e o reconhecimento do peso das instituições no desenvolvimento das regiões, enquanto fatores de dinamização do tecido económico.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) afirmou que os partidos da maioria estão a trabalhar numa proposta de alteração ao artigo 56.º, para que não haja limitação excessiva de autonomia das instituições de ensino superior. Relativamente à rede, afirmou que a reorganização não significa a destruição do ensino politécnico ou das instituições do interior, sendo que existem percursos diferentes de qualificação, que devem ser valorizados. Concluiu, considerando que tem existido pouca pro-atividade, por parte das instituições de ensino superior, para efetuarem uma avaliação relativamente à organização da rede e à rentabilização de recursos.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) lamentou a falta de cumprimento do compromisso assumido pelo Governo relativamente às instituições de ensino superior, em agosto último, e considerou que o subfinanciamento das instituições não representa apenas a degradação da profissão docente, mas também da qualidade pedagógica. Afirmou que o montante transferido para as instituições nem sequer é suficiente, em alguns casos, para pagar salários e lembrou que, em 4 anos, as instituições registaram um corte na ordem dos 330 M€. Manifestou ainda a sua preocupação relativamente à reorganização da rede, por não existir uma perspetiva de valorização dos politécnicos, sendo que a estes caberá um ensino profissional avançado. Afirmou, por último, que o PCP apresentará uma proposta de eliminação do artigo 56.º.

O Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) disse acompanhar as preocupações do CCISP e anunciou que apresentará uma proposta, no sentido de não existir cativação de verbas para o exercício orçamental do próximo ano, visto que constitui uma norma travão e de má gestão. Considerou ainda que a reposição das remunerações deve ter um mecanismo provisional para garantir o funcionamento nos mínimos do ensino superior. Relativamente à rede de ensino superior, considerou que poderá constituir um passo em frente na discriminação negativa do interior ou de regiões com iguais características.

Os representantes do CCISP manifestaram ainda a sua preocupação relativamente ao aumento da idade da reforma, considerando que a reforma dos professores possibilitava a renovação do corpo docente, com custos mais baixos, o que permitia acomodar os cortes. Neste sentido, afirmou que não terão docentes a sair do sistema proximamente, o que poderá gerar situações complexas para cumprirem o Orçamento de 2014.

Relativamente à rede, consideraram importante fazer a reorganização de forma muito ponderada e à custa dos dois subsistemas e defenderam ainda a importância de se reverter a situação de diminuição de candidatos ao ensino superior, entendendo que a taxa de natalidade não explica tudo. Chamaram ainda a atenção para a necessidade de se refletir sobre as médias nacionais do ensino secundário, que são muito baixas, em alguns casos.

Defenderam o financiamento plurianual e a clarificação da fórmula de financiamento, entendendo que deveria contemplar uma parte fixa e uma parte variável, sendo que para esta

entraria a importância das instituições para o desenvolvimento regional. Defenderam, por último, uma menor incerteza na execução dos orçamentos e uma menor intromissão do Governo na gestão das instituições.

A documentação da audiência encontra-se disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

6. Audiência à Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais - 16h00

A delegação da Federação era constituída por Lurdes Ribeiro, Orlando Gonçalves, Artur Sequeira e Rui Raposo.

Os representantes da Federação indicaram que pediram a reunião para denunciarem a negociação do anteprojeto de alteração do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) por parte do Secretário de Estado do Ensino Superior e questionaram se o documento já foi enviado à Assembleia da República. Defenderam que o pessoal não docente deve ser chamado à negociação e informaram que tiveram recentemente uma reunião com o respetivo Secretário de Estado e vão enviar parecer sobre o anteprojeto.

Manifestaram preocupações em relação à previsão do término das fundações (previstas no RJIES) e ao reaparecimento duma autonomia reforçada. Saliaram que as fundações têm mais facilidade de gestão e ultrapassam as dificuldades que afetam outras instituições de ensino superior. A autonomia reforçada concretiza-se em termos de património, carreiras específicas, contratação de harmonia com o regime de direito privado e diminuição dos trabalhadores em funções públicas, situações em relação às quais manifestaram preocupações.

Na mesma linha, referiram, igualmente, os cortes na Proposta do OE, a manutenção das cativações do Orçamento Retificativo de 2013, o nível de funcionamento das universidades e as despesas de pessoal no OE 2014, que põem em causa os pagamentos ao pessoal e a autonomia das universidades. Realçaram que os estabelecimentos de ensino superior têm mantido os trabalhadores não docentes, salvo aqueles que se aposentam, mas com as medidas previstas, prevê-se que não se mantenha para o futuro este nível de segurança. Realçaram, ainda, que a implementação da partilha de serviços entre universidades e a diminuição de verbas, podem ter como consequência que alguns trabalhadores venham a ser dispensados.

Saliaram a utilização de bolseiros em tarefas que não são de investigação e o facto de haver universidades que criam empresas que disponibilizam trabalhadores às universidades, sem cumprimento das leis laborais, nomeadamente, em termos de horários, com trabalhadores remunerados à hora.

Interveio, de seguida o Senhor Deputado Duarte Marques (PSD) que fez referência a outra audiência recente à ANFUP – Associação Nacional dos Funcionários das Universidades Portuguesas, a qual manifestou preocupação em relação à representação do pessoal não docente nas instituições.

Informou que o PSD não tem o anteprojeto de alteração do RJIES e realçou o facto de já terem sido recebidos pelo Secretário de Estado do Ensino Superior, referindo que está a ser feita a audição dos parceiros. Informou que os Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP vão apresentar propostas de alteração em relação à Proposta do OE. Quanto à reorganização da rede, salientou a necessidade de ouvir os parceiros, incluindo os regionais.

O Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) reiterou que o anteprojeto ainda não chegou à Assembleia da República (tendo, no entanto, referido que o conhece pelo pedido de parecer

dirigido à universidade em que desempenha funções docentes), partilhou as preocupações transmitidas e informou que propunham uma alteração mais alargada do RJIES e que vão apresentar uma iniciativa para que haja uma maior representação do pessoal não docente.

Salientou que não é claro o término do regime de fundação das universidades (que visava atribuir maior poder de gestão às mesmas) e defendeu maior flexibilidade de gestão sem diminuição das condições de trabalho do pessoal, ou seja, sem mais precarização. Realçou que o RJIES deu passos positivos, qualificando nos mesmos termos a fusão das Universidades Clássica e Técnica em Lisboa.

O Senhor Deputado Michael Seufert (CDS-PP) reiterou o desconhecimento do anteprojeto de alteração do RJIES e referiu entender que o mesmo passará numa fase posterior pela Comissão, como Proposta de Lei, e nessa fase será pedido parecer às entidades.

Esclareceu que a nova lei das fundações suscitou dúvidas sobre a sua aplicação às fundações do RJIES e nessa sequência o Governo tinha informado que substituiria o regime fundacional por um regime de autonomia reforçada. Por último, indicou que apresentarão uma proposta de alteração em relação ao artigo 56.º da Proposta do OE para 2014.

A Senhora Deputada Rita Rato (PCP) informou que o PCP votou contra o RJIES e não conhece o anteprojeto da sua alteração, mas tão só pareceres em relação ao mesmo e indicou que quando vier para o Parlamento, serão pedidos pareceres às entidades do setor. Entendeu, ainda, que não há autonomia nem gestão democrática das instituições de ensino superior, com representação de todos os trabalhadores.

Referiu, depois, que o Ministro da Educação e Ciência não assumiu que não haveria despedimentos do ensino superior e indicou que o PCP vai apresentar propostas de alteração em relação à Proposta do OE, nomeadamente, quanto ao artigo 56.º, proibição de valorizações remuneratórias e renovação dos contratos

O Senhor Deputado Luís Fazenda (BE) informou que a Assembleia da República desconhece o anteprojeto do Governo respeitante à alteração do RJIES e quando ele chegar ao Parlamento consultá-los-ão sobre o mesmo. Defendeu a liberdade de contratação, criticou o alastramento dos trabalhadores precários e manifestou solidariedade em relação aos trabalhadores, que vão sofrer grandes cortes.

Os representantes da Federação informaram que já reuniram com o Secretário de Estado do Ensino Superior, que não manifestou abertura em relação à alteração do anteprojeto em causa. Informaram que vão enviar o documento do anteprojeto, reiterando a discordância em relação ao mesmo.

Contestaram, ainda, as limitações de contratações previstas no artigo 56.º da Proposta do OE.

A documentação da audiência encontra-se disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

7. Projeto de Lei n.º 460/XII/3.^a (PCP) - Determina a realização de um concurso extraordinário de contratação e colocação de psicólogos com formação na área da psicologia educacional e profissionais das ciências da educação nos estabelecimentos públicos de ensino.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) efetuou a apresentação conjunta dos Projetos de Lei n.ºs 460/XII, 461/XII, 462/XII e 463/XII, sublinhando que estas iniciativas foram apresentadas antes da discussão do Orçamento do Estado para 2014, por comportarem um reforço no âmbito da verba do ensino superior e não superior público que seria preciso assegurar.

Cabendo ao PSD a elaboração do parecer, foi indicada a Senhora Deputada Ana Oliveira.

8. Projeto de Lei n.º 461/XII/3.ª (PCP) - Aprova a Lei-Quadro da Ação Social Escolar no Ensino Superior e define apoios específicos aos estudantes

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) efetuou a apresentação conjunta dos Projetos de Lei n.ºs 460/XII, 461/XII, 462/XII e 463/XII, sublinhando que estas iniciativas foram apresentadas antes da discussão do Orçamento do Estado para 2014, porque comportam um reforço no âmbito da verba do ensino superior e não superior público, que seria preciso assegurar.

Cabendo ao PS a elaboração do parecer, foi indicado o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves.

9. Projeto de Lei n.º 462/XII/3.ª (PCP) - Define o regime de certificação e adoção dos manuais escolares, garantindo a sua gratuitidade

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) efetuou a apresentação conjunta dos Projetos de Lei n.ºs 460/XII, 461/XII, 462/XII e 463/XII, sublinhando que estas iniciativas foram apresentadas antes da discussão do Orçamento do Estado para 2014, porque comportam um reforço no âmbito da verba do ensino superior e não superior público que seria preciso assegurar.

Cabendo ao CDS-PP a elaboração do parecer, foi indicado o Sr. Deputado Michael Seufert.

10. Projeto de Lei n.º 463/XII/3.ª (PCP) - Financiamento do Ensino Superior Público

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) efetuou a apresentação conjunta dos Projetos de Lei n.ºs 460/XII, 461/XII, 462/XII e 463/XII, sublinhando que estas iniciativas foram apresentadas antes da discussão do Orçamento do Estado para 2014, porque comportam um reforço no âmbito da verba do ensino superior e não superior público que seria preciso assegurar.

Cabendo ao PSD a elaboração do parecer, foi indicada a Senhora Deputada Nilza de Sena.

11. Petição n.º 290/XII/3.ª da iniciativa Marco Gabriel Lopes Teixeira, que "Solicitam que não seja implementada a prova de avaliação de conhecimentos e competências para ingresso na carreira docente.

O Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) apresentou o parecer, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

12. Petição n.º 298/XII/3.ª da iniciativa da FENPROF, que pretende a revogação da prova de acesso ao exercício da profissão docente

Apreciada a nota de admissibilidade, a Petição foi admitida por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV. A elaboração do relatório será da responsabilidade do Sr. Deputado Luís Fazenda (BE), relator da Petição n.º 290/XII, também sobre a mesma prova.

13. Relator Temático na CECC, para a Avaliação Tecnológica Parlamentar

Após as intervenções dos Srs. Deputados Isilda Aguincha (PSD), Pedro Delgado Alves (PS), Luís Fazenda (BE) e Michael Seufert (CDS-PP), foi deliberado agendar este assunto para uma reunião da Mesa e dos Coordenadores dos Grupos Parlamentares, com a presença do Sr.

Deputado Acácio Pinto, que propôs, na reunião anterior, a constituição de um grupo de trabalho para abordar esta temática.

14. Calendarização e fixação de programa para a visita da CECC, ao Campo Militar da Batalha de Aljubarrota e da Zona Especial de Proteção (ZEP)

A Sra. Presidente chamou a atenção para a necessidade de se proceder ao agendamento da visita ao Campo Militar da Batalha de Aljubarrota e à Zona Especial de Proteção, na sequência do convite que foi dirigido à Comissão pela Câmara Municipal de Porto de Mós e pela Associação de Moradores e Proprietários de S. Jorge.

A Sra. Deputada Conceição Pereira (PSD) lembrou que, para além do convite da Câmara Municipal de Porto de Mós, chegou também um convite da Câmara da Batalha, pelo que chamou a atenção para a necessidade de se articular o programa da visita com ambos os municípios.

O Sr. Deputado Pedro Delgado Alves (PS) recordou que o convite da Câmara de Porto de Mós e da Associação de Moradores de S. Jorge está pendente há já algum tempo, pelo que apelou para a necessidade de uma nota de cortesia em relação a este pedido.

Após as intervenções dos Srs. Deputados Paula Baptista (PCP) e Michael Seufert (CDS-PP), e havendo necessidade de concertar a data com os Deputados do círculo de Leiria, foi deliberado proceder ao agendamento da visita na reunião seguinte da Comissão.

15. Outros assuntos

16. Datas das próximas reuniões

Dia 27 de novembro de 2013

A reunião foi encerrada às 17:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 13 de novembro 2013

O PRESIDENTE

(Abel Baptista)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista
Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Carlos Enes
Duarte Marques
Elza Pais
Isidro Araújo
Isilda Aguincha
Luís Fazenda
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria da Conceição Caldeira
Maria José Castelo Branco
Michael Seufert
Nilza de Sena
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Delgado Alves
Pedro Pimpão
Rita Rato
Rui Pedro Duarte
Agostinho Santa
Andreia Neto
António Cardoso
Carlos Zorrinho
Emília Santos
Jacinto Serrão
João Prata
Maria Ester Vargas
Maria João Ávila
Maria Manuela Tender
Pedro Lynce
Rui Jorge Caetano
Sandra Pontedeira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Inês de Medeiros